

SIGNIFICADO E USO DAS PALAVRAS: PRECEDÊNCIA OU CONCOMITÂNCIA TEMPORAL?

LUCIANO AMARAL OLIVEIRA

Universidade Federal da Bahia

lucianoamaral64@yahoo.com

RESUMO: Este artigo aborda a relação temporal entre o significado das palavras e o uso que se faz delas. Para Ludwig Wittgenstein, o significado de uma palavra é o uso que se faz dela. Essa posição reflete uma concomitância temporal entre significado e uso, e é confrontada com a posição segundo a qual o uso de uma palavra pressupõe o seu significado, defendida por teóricos como Umberto Eco e Keith Lehrer. Assim, o objetivo deste texto é responder à seguinte pergunta: para se usar uma palavra é necessário se saber antecipadamente seu significado ou o significado de uma palavra não existe até o momento em que ela é usada?

PALAVRAS-CHAVE: Significado lexical. Uso. Wittgenstein.

ABSTRACT: This article is about the temporal relation between word meanings and word uses. To Ludwig Wittgenstein, the meaning of a word is the use one makes of the word. This position reflects a temporal concomitance between meaning and use, and is confronted with the position according to which the use of a word presupposes its meaning, a position defended by theorists such as Umberto Eco and Keith Lehrer. Therefore, the aim of this text is to answer the following question: in order to use a word is it necessary to know its meaning beforehand or does the meaning of a word not exist until the moment when it is used?

KEY-WORDS: Lexical meaning. Use. Wittgenstein.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A semântica nunca foi um campo pacífico. Nele filósofos da linguagem e linguistas sempre travaram debates teóricos importantes em torno do conceito de significado, que, por ser um fenômeno arredo, avesso a uma definição consensual, já levou alguns teóricos, como Leonard Bloomfield, a excluí-lo dos estudos linguísticos e colocá-lo sob a responsabilidade de outras disciplinas, e outros teóricos, a exemplo de Charles Morris, a proporem até o descarte total do conceito de significado (OLIVEIRA, 2008).

Um dos muitos debates relacionados ao conceito de significado, surgido em meados do século passado mas que ainda rende muita discussão no meio acadêmico, foi estabelecido em torno da seguinte afirmação de Ludwig Wittgenstein (1999 [1953], p. 43): “Pode-se para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra ‘significação’ – se não para todos os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (grifos do autor). O debate originado por essa afirmação pode ser sintetizado com uma pergunta aparentemente simples: para se usar uma palavra é necessário se saber antecipadamente seu significado ou o significado de uma palavra não existe até o momento em que ela é usada?

Este texto objetiva oferecer uma resposta a essa pergunta. Afinal, embora o filósofo austríaco tenha provocado o debate décadas atrás, ainda há teóricos que debatem calorosamente se o significado de uma palavra antecede ou não o uso dessa palavra. Para construir a resposta a essa pergunta, organizei o artigo de uma maneira bem simples. Inicialmente, apresentarei a posição de Wittgenstein, segundo a qual o significado de uma palavra é o uso que se faz dela. Essa definição tem uma implicação importante, pois aponta para a inexistência de significado lexical antes do momento em que uma palavra é usada, ou seja, aponta para a inexistência do significado literal. Chamarei essa posição de *concomitância temporal entre significado e uso*. Em seguida, apresentarei a visão de teóricos que contestam a concepção wittgensteiniana, como Umberto Eco e Keith Lehrer, os quais defendem a existência do significado literal.

Chamarei a posição por eles defendida de *precedência temporal do significado*. Finalmente, tecerei minhas considerações finais, respondendo a pergunta proposta no parágrafo anterior, a qual dá título a este artigo.

CONCOMITÂNCIA TEMPORAL ENTRE SIGNIFICADO E USO

A metáfora do jogo é muito usada por teóricos para tratar de assuntos relacionados a questões linguísticas e literárias. Ferdinand de Saussure (1999 [1916]), por exemplo, usou a metáfora do jogo de xadrez para demonstrar que o ponto de vista sincrônico é o que importa para os estudos linguísticos. Outro exemplo vem de Wolfgang Iser (2002, p. 107), que, escrevendo sobre a estética da recepção, usou essa metáfora para falar sobre as relações que o ato da leitura estabelece entre autores, leitores e textos: “Os autores jogam com os leitores e o texto é o campo de jogo”.

Wittgenstein (*ibid.*, p. 35) também lançou mão da metáfora do jogo ao afirmar que nós jogamos jogos da linguagem quando a usamos. Mas ele a utilizou de uma forma mais contundente que Saussure ou Iser, pois o filósofo austríaco iguala o jogo da linguagem a uma forma de vida: “O termo ‘*jogo* de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (grifo do autor). A exemplificação que ele dá para o que chama de jogos deixa clara a ideia de que fazemos algo, realizamos atos, ao usarmos a linguagem, *e.g.* descrever algo, convidar alguém para algum lugar, expor uma hipótese, fazer pedidos, agradecer, rezar e dar ordens.

Vale salientar que a ideia de jogos da linguagem contribuiu muito para a virada pragmática que ocorreu na linguística. Afinal, para se jogar um jogo da linguagem, são necessárias duas pessoas, pelo menos. Nessa necessidade, está embutida a concepção interacionista da língua, a qual é uma marca da virada pragmática, movimento teórico que contestou veementemente a visão estruturalista da língua que imperava nos estudos da linguagem da primeira metade do

século passado. Coube a dois outros filósofos da linguagem, John Austin e John Searle, elaborarem o conceito de jogos de uma maneira mais teórico, fazendo surgir a teoria dos atos de fala, vislumbrada por Austin, mas desenvolvida e popularizada por Searle.

Entretanto, a contribuição de Wittgenstein para os estudos linguísticos não se limitou aos jogos da linguagem. Ele também propôs o conceito de significado da palavra como sendo o uso que se faz dela. Tal proposta conquistou adeptos, mas também provocou muita polêmica por uma razão simples: se o significado de uma palavra é o uso que se faz dela, só podemos determinar o significado de uma palavra após o seu uso, antes do qual a palavra não tem significado. Wittgenstein (*ibid.*, p. 66) deixa isso bem claro na seguinte passagem de *Investigações filosóficas*:

Alguém me diz: “Você compreende esta expressão? Ora, eu também a uso na significação que você conhece”. Como se a significação fosse uma espécie de halo que a palavra leva consigo e que fica com ela em qualquer emprego.

Quando, por exemplo, alguém diz que a frase “isto está aqui” (e, pronunciando-a, aponta para um objeto) tem sentido para ele, então se deveria perguntar em que circunstâncias particulares emprega-se de fato essa frase. Nestas, ela tem sentido.

A análise dessas palavras nos revela que Wittgenstein nega a existência de significados lexicais literais. Essa negação ainda é aceita por alguns pós-estruturalistas nas áreas da teoria da tradução, da crítica literária e da linguística, o que tem provocado um curioso pudor no meio acadêmico em relação ao status teórico do significado literal. Evidência desse pudor, ranço de um radicalismo teórico hoje sem sentido, é a maneira como muitos teóricos evitam pronunciar o termo *significado literal*, como se fosse um palavrão ou um tabu, ou ainda, como lembra Sírio Possenti (2009) uma blasfêmia – aliás, não posso deixar de notar que *blasfêmia* é uma palavra típica do discurso religioso, que tem tudo a ver com o discurso gerado por radicalismos teóricos.

Entretanto, há passagens em *Investigações filosóficas* que nos levam a entender que Wittgenstein pressupõe – inconscientemente? – a existência de significados literais quando analisa determinadas palavras e expressões. Vejamos uma dessas passagens (WITTGENSTEIN, *ibid.*, p. 63):

O sentido da frase – dir-se-ia – pode deixar em aberto isto ou aquilo, mas a frase deve ter *um* determinado sentido. Um sentido indeterminado não seria propriamente sentido *nenhum*. – Tal como uma delimitação imprecisa, que não é propriamente nenhuma delimitação. Pensa-se então mais ou menos assim: quando digo “encerrei o homem hermeticamente no quarto – apenas *uma* porta ficou aberta”, então eu absolutamente não o encerrei. Dir-se-ia então: “com isso, pois, você não fez absolutamente nada”. Uma delimitação que tem uma lacuna vale tanto quanto *nenhuma*. – Mas isto é verdadeiro?

Nessa passagem, o filósofo austríaco usa a expressão *encerrar hermeticamente* para tecer considerações sobre o ato de delimitar algo, que, para ele, deve ser preciso, senão não é um ato de delimitar. Note-se que ele analisa o exemplo oferecido partindo dos significados literais de *encerrar* e de *hermeticamente*. São esses significados que lhe permitem vislumbrar a anomalia semântica presente no exemplo, causado por “apenas *uma* porta ficou aberta”.

Em outra passagem, Wittgenstein (*ibid.*, p. 174) analisa o significado das palavras *tenho medo*: “Pergunta-se: ‘Que significa propriamente ‘tenho medo’, a que viso com isso?’ E, naturalmente, não vem nenhuma resposta, ou apenas uma que não satisfaz”. É pouco provável que uma pessoa não consiga dar uma resposta a essa pergunta, mesmo que ela não seja lexicógrafa nem professora, do que decorre um questionamento do uso da palavra *naturalmente* por Wittgenstein. Quanto ao que ele diz sobre uma resposta não ser satisfatória, não fica claro o que ele entende por “satisfatória” nem para quem a resposta seria insatisfatória. Mas, logo em seguida, o filósofo joga suas cartas na mesa: “A questão é: ‘Em que espécie de

contexto isso está inserido?””. O significado de uma expressão só pode ser construído se se souber o contexto em que ela ocorre.

Percebe-se aí a importância, justa, diga-se de passagem, que Wittgenstein dá para o papel do contexto na construção de sentidos. Afinal, os enunciados não ocorrem no vácuo, mas, sim, em um determinado contexto, que, segundo como diz Françoise Armengaud (2006, p. 13), é “tudo que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito”.

Esse fato, porém, não implica a impossibilidade de se determinar o significado de palavras isoladas ou de palavras presentes em sentenças fora de algum contexto. Tal significado pode não ser completo, mas é possível de ser determinado. Por exemplo, se um pedaço de papel com as palavras “cinco maçãs vermelhas” – frase usada por Wittgenstein (*ibid.*, p. 28) – for apresentado a uma pessoa A que saiba ler em português, ela entenderá o significado das palavras, mesmo que não saiba qual a intenção da pessoa B, que apresentou o papel para A. Se A for um vendedor de uma mercearia, ele provavelmente entenderá que B quer comprar cinco frutas de uma determinada espécie e cor; se ele for o vendedor de uma loja de utilidades para o lar, ele provavelmente entenderá que B deseja comprar cinco objetos de cera que imitam um determinado tipo de fruta de uma cor específica. Pode-se imaginar outros contextos mais ou menos prováveis para interpretações mais ou menos prováveis. Em outras palavras, a importância do contexto para a determinação precisa do significado de uma palavra ou frase não nega a importância dos significados literais para a construção dos sentidos.

O que causa polêmica na concepção wittgensteiniana de significado é a ideia segundo a qual o significado de uma palavra é determinado apenas no momento em que ela é usada. Para ele, há uma concomitância temporal entre significado e uso. Essa é uma posição teórica *hard*, sem flexibilidade, que naturalmente suscita a seguinte pergunta: é possível usar-se uma palavra sem se conhecer seu significado? E, se for possível, pode-se usar uma palavra para jogar qualquer jogo da linguagem, da forma que Humpty Dumpty joga? Afinal, Humpty Dumpty faz o que quer com as palavras: “Quando *eu* uso uma palavra” – disse Humpty Dumpty em um tom

bastante zombeteiro – “ela significa exatamente o que eu quero que ela signifique, nem mais nem menos”¹ (tradução minha).

Bem, passemos à próxima seção. Nela apresentarei argumentos contrários à visão do filósofo austríaco, os quais ajudarão a construir respostas a essas perguntas e à pergunta feita na introdução deste artigo.

PRECEDÊNCIA TEMPORAL DO SIGNIFICADO

Na crônica *Autóctone*, Luis Fernando Veríssimo (2009) bem humoradamente mostra uma menina que tem a árdua tarefa de escrever uma composição que contenha a palavra *autóctone*. O problema da menina é que ela não sabe o significado dessa palavra e, por isso, não sabe como usá-la na redação. Pergunto-me o que Wittgenstein e os teóricos que rejeitam a precedência do significado de uma palavra em relação ao seu uso diriam para aquela menina.

A crônica de Veríssimo retrata muito bem a questão da precedência temporal do significado em relação ao uso. Em outras palavras, para se usar uma palavra, é preciso saber seu significado – a não ser, é claro, em perguntas metalinguísticas como, por exemplo, “o que significa *autóctone*?”. Essa posição, que chamo de precedência temporal do significado, é compartilhada por teóricos importantes, como Umberto Eco e Keith Lehrer.

Eco (2001b, p. 26) considera a obra *Investigações Filosóficas* “a tentativa mais rigorosa (e fecunda de sugestões) para liquidar com toda e qualquer disciplina formalizada do significado”. É possível entender a revolta de Eco. Afinal, se concordarmos com Wittgenstein, teremos que admitir que o significado literal não existe. E isso tem implicações muito sérias para os estudos semânticos. A primeira é a inexistência da metáfora, do sentido figurado. A segunda é a inutilidade dos dicionários, que são depositários de sentidos literais

¹ Cf. o trecho original: “When I use a word,” Humpty Dumpty said in rather a scornful ton, “it means just what I choose it to mean – neither more nor less.”

compilados por lexicógrafos. A terceira é a falta de clareza quanto aos limites do usuário da língua, que se comportaria como Humpty Dumpty.

Gennaro Chierchia (2003, p. 228-229) faz um comentário muito lúcido sobre o papel do significado literal no processo de produção de sentidos no uso metafórico das palavras:

O significado literal, junto com outros fatores presentes no contexto, deve evidentemente entrar no processo que nos leva a compreender o significado pretendido nesse uso. Se não fosse assim, se o significado literal de uma expressão não desempenhasse nenhum papel na compreensão de um uso literal da mesma, não compreenderíamos que critério nos leva a escolher uma expressão em lugar de outra. Portanto, para compreender as metáforas, imagens, figuras de linguagem e coisas do gênero, é preciso passar pelo significado literal.

Ora, se seguirmos Wittgenstein, a metáfora deixa de existir, pois o significado literal não tem espaço na sua concepção de significado. A metáfora é um fenômeno semântico que exige do usuário da língua um processamento no eixo sintagmático e no eixo paradigmático, como lembra Marina Yaguello (1997, p. 149). Por exemplo, na sentença “O técnico da seleção brasileira é um jegue”, o processamento semântico que ocorre no eixo sintagmático provoca uma anomalia semântica se forem levados em consideração os significados literais de *o técnico da seleção brasileira* e de *um jegue*, já que um ser humano não pode ser, ao mesmo tempo, um animal de outra espécie. Ocorre, então, o processamento no eixo paradigmático: que traços semânticos de *um jegue* podem ser transferidos para *o técnico da seleção brasileira* para que a sentença não seja uma anomalia semântica? É dessa forma que o falantes-ouvintes ou os leitores-escritores realizam o processamento semântico das metáforas, o qual depende dos significados literais das palavras presentes na sentença.

Portanto, os problemas que se apresentam para quem aceita a ideia de Wittgenstein, como, por exemplo, os teóricos pós-estruturalistas radicais, segundo a qual o significado de uma palavra

ou de uma expressão é o uso que se faz dela, são vários. Dar conta das metáforas, conforme foi abordado acima, é um deles. Outro problema é explicar para que servem os dicionários. Se o significado de uma palavra é o uso que se faz dela, teriam, então, os dicionários de trazer os usos que se fazem de cada palavra? Isso seria praticamente impossível porque novos usos, principalmente metafóricos, são dados às palavras a todo o tempo, algo que só é possível exatamente porque os falantes-ouvintes de uma mesma comunidade linguística compartilham os mesmos significados literais, que servem de base para os usos metafóricos das palavras. O curioso é que Wittgenstein e os teóricos pós-estruturalistas radicais, com certeza, já fizeram uso de dicionários.

Além de apresentar solução para esses dois problemas, aqueles que negam a precedência temporal do significado de uma palavra em relação ao uso que se faz dela teriam que dar conta dos limites dos poderes de interpretação que os leitores e ouvintes possuem, do contrário, em tese, nós poderíamos usar as palavras para jogar qualquer jogo da linguagem, produzindo e interpretando textos dando-lhes os sentidos que quiséssemos. No entanto, sabemos que isso não ocorre e que os usuários da língua são sujeitos assujeitados ao sistema linguístico e ao sistema sociocultural.

Se um poema traz a palavra sintagmática *flor de maracujá*, os leitores podem levar meses debatendo o que o poeta quis dizer com essa palavra, mas eles terão que partir do mesmo ponto para realizar o debate, qual seja, o fato de que *flor de maracujá* significa, antes de tudo, um elemento vegetal com determinadas características que o diferenciam de, por exemplo, *borboleta* ou *sempreviva*. Como nos lembra Eco (2001a, p. 50-51): “Se há algo a ser interpretado, a interpretação deve falar de algo que deve ser encontrado em algum lugar, e de certa forma respeitado”.

Lehrer (1970, p. 6) é outro teórico que não concorda com a ideia de que o significado de uma palavra é o uso que se faz dela. Ele apresenta um argumento muito interessante, seguindo Searle, para contestar essa ideia:

Como John R. Searle argumenta, esta solução está errada. Se eu gritar “O Café está pronto!” para acordar alguém, então o uso das palavras é acordar alguém. Mas não é parte do significado das palavras o fato de que elas são usadas para isso. [...] Até usos mais convencionais de palavras expressando, por exemplo, “O carro é vermelho”, para dizer a alguém a cor do carro, não constituem o significado dessas palavras. Pelo fato de as palavras terem os significados que elas têm, eu posso usá-las para dizer a alguém a cor do carro. O significado delas é essencial para o uso que faço delas. Mas, dizer que o meu uso dessas palavras é parte do seu significado é um erro, como é erro dizer que o machado que uso para cortar árvores não é nada mais do que os usos que se fazem dele. Esta afirmativa, é claro, é absurda, pois nós podemos ver que, apesar de o machado ser essencial para o ato de cortar, o machado é uma coisa e o uso que se faz dele, outra. Similarmente, o significado das palavras é essencial para alguns usos das palavras, mas o significado das palavras é uma coisa e seu uso é outra coisa. (tradução minha)²

As palavras de Lehrer são muito interessantes e me leva a fazer uma pergunta: por que usamos palavras como “O café está pronto!” ou “Já são nove horas!” para acordar alguém, mas não usamos palavras como “A lagarta lilás subiu no coqueiro xadrez!” ou

² Cf o trecho original: As John R. Searle argues, this solution is wrong. If I yell, “Coffee is ready!” to wake someone, then the use of the words is to wake a person. But it is not part of the meaning of the words that they are so used. [...] Even more conventional uses of words saying, for example, “The car is red,” to tell someone the color of the car – do not constitute the meaning of those words. Because the words have the meaning they do I can use them to tell someone the color of a car. Their meaning is essential to my use of them. But, to say that my use of these words is part of their meaning is an error, like saying that the ax which I use to chop trees is nothing more than the uses to which the ax is put. This assertion is, of course, absurd, since we can see that though the ax is essential to the cutting, the ax is one thing and the use is another. Similarly, the meaning of words is essential to some uses of the words, but the meaning of the words is one thing and their use another.

“Tiradentes foi enforcado!”? Existe uma razão para isso? A resposta é um simples e sólido “sim”: a razão é exatamente os significados literais das palavras que compõem essas sentenças.

Outro argumento que pode ser dado em defesa da status teórico do significado literal é a existência de testes de aptidão em que são avaliados os conhecimentos dos candidatos acerca dos significados de palavras isoladas. Um desses testes é o GRE – *Graduate Record Examinations*, solicitado pelas maiores universidades estadunidenses aos estudantes estrangeiros que pretendem nelas estudar. No GRE, há uma seção para testar a habilidade verbal do candidato na qual se apresenta uma palavra isolada e são dadas quatro alternativas contendo uma palavra cada para que ele escolha a alternativa com a palavra que tenha o significado mais próximo ou o significado oposto ao da palavra apresentada. Eis um exemplo (OLIVEIRA, 2008, p. 149) retirado da seção *Verbal Ability* que se encontra na página 150 do teste de 1994, em que o estudante deve escolher a alternativa com a palavra cujo significado é o oposto da palavra apresentada em caixa alta:

34. LAMBASTE	35. VISCID
a) permit	a) bent
b) prefer	b) prone
c) extol	c) cool
d) smooth completely	d) slick
e) support openly	e) slight

A validade teórica da avaliação de conhecimentos linguísticos do candidato por meio desse teste não vem ao caso aqui – ela interessaria a uma discussão acerca de teorias do teste e a questões como validade, praticidade e confiabilidade inter-examinador. O que importa para a discussão feita aqui é o fato de um teste desse tipo pressupor a ideia de que as palavras possuem significados literais. Note-se que não há contexto algum para que o candidato faça a sua escolha. Não sei o que Wittgenstein diria a respeito de testes desse tipo, mas sei que eles são realizados e, sem se submeter a eles,

estudantes estrangeiros não podem ingressar nas universidades da *Ivy League*.

Há, portanto, duas posições bem claras quanto à relação temporal entre significado das palavras e o uso que se faz delas: a concomitância temporal entre significado e uso, e a precedência do significado em relação ao uso. Com base no que foi apresentado nas duas seções, oferecerei, a seguir, respostas para as perguntas propostas neste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No começo deste artigo fiz a seguinte pergunta: para se usar uma palavra é necessário se saber antecipadamente seu significado ou o significado de uma palavra não existe até o momento em que ela é usada? Diante do exposto até aqui, fica claro que precisamos conhecer o significado de uma palavra para que possamos usá-la, exceto em construções metalinguísticas do tipo “não conheço X” ou “o que X significa?”. Portanto, respondendo a outra pergunta, não é possível se usar uma palavra sem se conhecer seu significado. A crônica de Veríssimo ilustra claramente essa impossibilidade.

Entretanto, é necessário esclarecer um ponto importante aqui. O que se entende por *precedência temporal do significado de uma palavra em relação ao seu uso*? Essa precedência nada mais é do que o significado literal da palavra. Mas, observe-se que o significado literal não surge do nada nem é uma decisão *ad hoc* de lexicógrafos. Ele surge no momento em que a palavra é criada em uma situação de uso na comunidade linguística, ficando plasmado na palavra a partir daí e sujeito a alterações contingenciais, como as impostas pelas metáforas, ou a mudanças permanentes, como a semântica histórica já demonstrou.

Isso nos remete à última pergunta feita na primeira seção, a qual reproduzo aqui: pode-se usar uma palavra para jogar qualquer jogo da linguagem, da forma que Humpty Dumpty joga? A resposta é um óbvio “não”. A linguística textual recente já nos ensinou que o

sentido não está no texto nem no usuário, mas no encontro entre os dois, da mesma maneira que o sabor da maçã não está na maçã nem na boca de quem a come, mas no encontros das duas, como nos lembra Jorge Luis Borges (2000, p. 12) citando o filósofo Berkeley.

O leitor não se comporta como Humpty Dumpty porque há limites para sua interpretação, e esses limites são os significados literais que o autor coloca no texto. Esses significados são pistas que desencadeiam processos interpretativos que podem variar de leitor para leitor por causa da forte possibilidade de possuírem conhecimentos prévios distintos. E como o leitor é parte do contexto da produção de sentidos, o significado da palavra pode assumir sentidos variados no momento da leitura, *i.e.*, no momento do uso que a ela é dado. Nesse sentido, Wittgenstein está certo.

Pode-se, então, concluir que há uma precedência temporal do significado em relação ao uso, que é o significado literal da palavra, e que há também uma concomitância temporal entre significado e uso, que é estabelecida pelo usuário da língua a partir dos significados literais.

REFERÊNCIAS

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Tradução Marco Marcionílio. São Paulo: Parábola, 2006. Título original: *La pragmatique*.

BORGES, Jorge Luis. *Esse ofício do verso*. 2. reimp. Tradução de José Marcos Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Título original: *This craft of verse*.

CARROLL, Lewis. *Alice through the looking glass*. Disponível em: <<http://www.cs.indiana.edu/metastuff/looking/ch6.html.gz>>. Acessado em: 13/03/2004.

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Tradução Luis Pagani et al. Campinas: Editora da Unicamp ; Londrina: Eduel, 2003. Título original: *Semântica*.

ECO, Umberto. Interpretação e história. In: ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001a. p. 27-51. Título original: Interpretation and overinterpretation.

_____. *As formas do conteúdo*. 3. ed. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001b. Título original: Le forme del contenuto.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In: pp. 105-118. JAUSS, Hans Robert. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. Tradução Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEHRER, Keith. Meaning in philosophy. In: LEHRER, Adrienne; LEHRER, Keith. (org.) *Theory of meaning*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1970. pp. 1-8.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. *Manual de semântica*. Petrópolis: Vozes, 2008.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 21. ed. Tradução de Antônio Chelin *et al.* São Paulo: Editora Cultrix, 1999 [1916]. Título original: Cours de linguistique générale.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. *Autóctone*. Disponível em: <<http://mayafelix.blogspot.com/2007/09/luis-fernando-verssimo-3.html>>. Acesso em: 12 set. 2009.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [1953]. Título original: Philosophical Investigations.

YAGUELLO, Marina. *Alice no país da linguagem. Para compreender a lingüística*. reimp. Tradução Maria José Figueiredo. Lisboa: Estampa, 1997. Título original: Alice au pays du langage. Pour comprendre la linguistique.